

UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL (2002 - 2008)

Maringá, PR – 05/2009

William Victor Kendrick Matos Silva
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
willian@cesumar.br

Marcio Vieira de Souza
UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
marciovieiradesouza@gmail.com

Viviane Marques Goi
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
vgoi@cesumar.br

Wilson Matos Filho
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
wilsonf@cesumar.br

Márcia Previato de Souza
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
marciapreviato@cesumar.br

Categoria: Pesquisa e Avaliação

Setor Educacional: Educação Universitária

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

Classe: Investigação Científica

Este artigo apresenta uma Descrição de Projeto em Andamento na qual faz-se uma análise de artigos publicados em três bases de dados: Scielo; ABED; Portal Capes, através dos bancos de dados “Scopus” e “Sciense Direct”. Para tal, apresenta primeiramente uma visão político-histórica para que se apresente de maneira analítica e crítica seu histórico, seus conceitos, o avanço tecnológico, bem como a evolução das Políticas Públicas para seu crescimento. A metodologia também é exposta visto que é uma revisão sistêmica que obedece algumas fases para que os objetivos sejam cumpridos. Palavras-chave: Educação a Distância, Políticas Públicas.

1 Introdução

Entendendo que o desenvolvimento sócio econômico de um país está intimamente correlacionado ao incremento do processo educacional e que a informação e o conhecimento são fatores essenciais e intrínsecos a esse

crescimento, é apresentado um grande desafio para educação. Desafio este de fazer com que a Educação tenha em seu processo o objetivo principal, a qualidade.

Em face disso, este artigo tem com objetivo fundamental aprofundar-se na temática de Políticas Públicas, pois espera contribuir para a investigação científica sobre esta área buscando compreendê-las no sentido de contribuir para a educação, ocorridas nos últimos anos, mais especificamente no governo do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, período que está em consonância com a expansão da Modalidade de Educação estudada.

2. Contextualização histórica

Antigamente cada país era reconhecido pela sua capacidade bélica, ou seja, seu poder de “fogo” para se conquistar territórios. Quanto maior seu poder mais força tinha para atacar seus vizinhos e ir crescendo territorialmente. Nos dias de hoje, sabemos que a informação transformada em conhecimento e a sua utilização com sabedoria é que determina a diferença de um país para o outro, a capacidade de se transformar e criar tornou-se vital para os países que querem se colocar ou estabelecer junto com os demais países chamados desenvolvidos.

Talvez um importante dado para exemplificar o acima exposto, está no gráfico abaixo:

Evolução do número de alunos titulados – Brasil, 1996 a 2007

Ano Base	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissionalizante	Total
1996	10.499	2.985	0	13.484
1997	11.922	3.620	0	15.542
1998	12.681	3.949	0	16.630
1999	15.324	4.853	56	20.233
2000	18.132	5.335	241	23.708
2001	19.670	6.040	362	26.072
2002	23.445	6.894	987	31.326
2003	25.996	8.094	1.652	35.742
2004	24.902	8.112	1.931	34.945
2005	28.646	8.989	2.056	39.691
2006	29.763	9.365	2.517	41.645
2007	30.568	9.919	2.331	42.818

Fonte: Capes/MEC

Porém, como se pode relatar ou dar seguimento a questões de desenvolvimento social, econômico e educacional do país, sem que se entenda

e conheça as responsabilidades e o papel do Estado neste processo, suas interferências e contribuições no contexto como um todo e talvez os indicadores sociais fossem considerados a base para a discussão, estruturação, elaboração e entendimento destas políticas públicas. Estes indicadores atuam como norteadores que permitem que as diretrizes propostas por uma política estejam pautadas em necessidades reais, que ao serem trabalhadas concedam à sociedade, o desenvolvimento.

Quando se pensa no processo histórico de construção das políticas educacionais, deve-se sempre levar em consideração o embate de forças dos atores envolvidos em cada contexto sociopolítico. É nesse embate, influenciado por múltiplas determinações, que se constrói o significado e a abrangência dos programas de Educação em seu sentido mais amplo e de Educação a Distância em particular.

3. A Educação a Distância

A concepção da Educação a Distância como modalidade, precisa ser compreendida dentro do contexto educacional e dos avanços tecnológicos apresentados por uma sociedade em desenvolvimento acelerado.

O Plano Nacional de Educação (2001) indica que a modalidade a Distância é uma alternativa imprescindível para minimizar os déficits educativos e as desigualdades regionais.

Com esse pensamento o Ministério da Educação (MEC), pautado nas premissas do processo de globalização e com objetivo claro de ampliar a oferta de ensino superior às bases legais para a modalidade educacional à distância (EAD), normatizou o oferecimento de cursos na modalidade.

No momento em que o mundo observa uma “*overdose*” de evolução dos fenômenos tecnológicos integrados às telecomunicações, uma questão ainda é pertinente pode ser observada que parte da analogia entre a apresentação de qualquer estratificação social disposta em pirâmide, com o topo sempre indicando a porção minoritária que concentra a maior riqueza e, a base, expõe a maioria social com baixo poder aquisitivo, é o que acontece com a educação oferecida por meio da modalidade à distância e presencial.

Desta forma, surge entre os envolvidos com a modalidade educacional a distância, sejam eles representações particulares, sociedade civil ou governo, a certeza de que se faz indispensável um planejamento pautado em perspectivas democráticas que ajude a consolidar as Políticas Públicas adotada no Brasil para a educação ofertada na modalidade a Distância, considerando o seu processo histórico, conceitos pedagógicos e referenciais de qualidade que estejam em consonância com a proposta de desenvolvimento da nação.

4. As Políticas Públicas em EaD

Não se pode deixar de salientar que a pesquisa da qual se utilizará os fundamentos, vem se estabelecer pela regulamentação da educação à distância no Brasil, regulamentação esta de pouca idade, embasada a partir da regulamentação da EAD a contar da nova LDB em 1996.

Segundo a Senadora Marisa Serrano (2007) em seu livro que apresenta a LDB, esta afirma que o aprimoramento do sistema educacional brasileiro continua sendo um ideal a ser atingido, mas, apesar das acentuadas divergências que caracterizaram a discussão dessa matéria no Congresso Nacional, a aprovação dessa lei constitui um grande passo rumo a estruturação do Ensino no Brasil.

Além destes fatores acima, tem se evidenciado ultimamente no Brasil, conforme o último censo de 2007 e divulgado recentemente pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais um crescimento exponencial de alunos matriculados e instituições credenciadas na modalidade, como mostra o gráfico abaixo.

Tabela 01 Evolução do Número de IES, Cursos, Vagas e Inscritos na Educação a Distância Brasil - 2002 a 2007

Censo 2007 página 20

Ano	IES	%Δ	Cursos	%Δ	Vagas	%Δ	Inscritos	%Δ
2002	25	—	46	—	24.389	—	29.702	—
2003	38	52,0	52	13,0	24.025	-1,5	21.873	-26,4
2004	47	23,7	107	105,8	113.079	370,7	50.706	131,8
2005	73	55,3	189	76,6	423.411	274,4	233.626	360,7
2006	77	5,5	349	84,7	813.550	92,1	430.229	84,2
2007	97	26,0	408	16,9	1.541.070	89,4	537.959	25,0

Fonte: MEC/INEP/DEED

De acordo com os dados do Censo, 97 instituições ofereceram, em 2007, cursos de graduação a distância. São 19 IES a mais, em relação às registradas no ano de 2006. É possível observar que o número de cursos de graduação a distância aumentou de maneira significativa nos últimos anos. Comparado ao ano de 2006, foram criados 59 novos cursos a distância, representando um aumento de 16,9% no período. O número de vagas oferecidas em 2007 chegou a quase o dobro das oferecidas em 2006, com um aumento de 89,4%, ou seja, uma oferta de 727.520 vagas a mais.

O crescimento no número de vagas da educação a distância deu prosseguimento a um aumento que se observa desde 2003. Nesse período registrou-se uma variação de 6.314% no número de vagas ofertadas. Contudo, até o momento do censo 2007, o número de inscritos e o número de ingressos não acompanharam o mesmo ritmo de crescimento.

Tabela 02. Evolução do Número de Ingressos, Matrículas e Concluintes na Educação à Distância - Brasil - 2002 a 2007 - Censo 2007 página 20

Ano	Ingressos	%Δ	Matrículas	%Δ	Concluintes	%Δ
2002	20.685	—	40.714	—	1.712	—
2003	14.233	-31,2	49.911	22,6	4.005	133,9
2004	25.006	75,7	59.611	19,4	6.746	68,4
2005	127.014	407,9	114.642	92,3	12.626	87,2
2006	212.465	67,3	207.206	80,7	25.804	104,4
2007	302.525	42,4	369.766	78,5	29.812	15,5

Fonte: MEC/INEP/DEED

Com relação ao ano de 2006, o total de ingressantes apresentou um aumento de 42,4% em 2007 (Tabela 02). O total de matrículas teve um crescimento estável nos últimos anos e, em 2007, chegou ao número de 369.766 matrículas. Esse número de matrículas a distância representa 7% do total das matrículas dos cursos de graduação, incluindo os presenciais. No ano de 2006, esse percentual esteve em torno dos 4,2%. A quantidade de concluintes em educação a distância apresentou um aumento de 15,5% em relação ao ano de 2006, com 5.992 concluintes a mais. (Censo 2007 / INEP).

Também como fator de crescimento da modalidade, o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância (AbraEAD 2008) apresenta um dado não oficial do INEP, mas que pela relevância da publicação no meio vê-se o

crescimento numérico impressionante, elevando para 164 instituições credenciadas para nível superior, destas, 94 responderam o questionário com o número de alunos matriculados elevando surpreendentemente estes dados chegando a um número de 767.200 alunos matriculados no sistema superior de ensino a distância. (Anuário Brasileiro de Educação Aberta e a Distância- 2008 pág. 44).

Com isso a necessidade de regulamentação se tornou fundamental pelo MEC, que conforme as principais leis tem legislado sobre as políticas em EAD com a preocupação de segurar o crescimento desenfreado que a modalidade teve nos últimos anos. Diante deste fato, salientam-se os referenciais de qualidade na EAD, documento este que foi criado por meio da Secretaria de Educação a Distância, com o intuito de assegurar a qualidade para a modalidade em questão. Este documento representa um ordenamento legal em consonância com as determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases de Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773 de junho de 2006 e das portarias Normativas 1 e 2 de 11 de janeiro de 2007.

O processo de pleno desenvolvimento só poderá ser alcançado pela via da Educação. Mais do que um truísmo recorrente, essa é a idéia que cada vez mais se consolida como consenso entre amplas camadas sociais.

5 OBJETIVOS

A partir do cenário apresentado tem-se como objetivo principal dessa pesquisa: Realizar uma análise das publicações científicas sobre políticas públicas em Educação a Distância no Brasil, em uma janela temporal de 2002 a 2008. Para que o objetivo geral seja alcançado, propõe-se os seguintes objetivos específicos: Realizar uma revisão bibliográfica sistemática a partir das publicações científicas inseridas nas bases de dados Scielo, ABED e Portal da Capes através dos bancos de dados “Scopus” e “Sciense Direct”, sobre as políticas públicas da EAD no Brasil em uma janela temporal de 2002 a 2008; Definir EAD, seus elementos, características e ferramentas; Identificar e analisar as políticas públicas para EAD no Brasil, a partir de legislações vigentes, definidas nas instâncias do MEC e da SEED; Apresentar as bases de dados destacadas, descrevendo sua missão, objetivo, abrangência e relevância; Agrupar em categorias os enfoques publicados sobre EAD e

políticas públicas; Analisar os resultados encontrados nas publicações científicas e realizar uma reflexão crítica acerca do que se tem debatido sobre as políticas públicas em EAD.

6 METODOLOGIA

Para responder a questão principal desta pesquisa de analisar as publicações científicas sobre políticas públicas em educação à distância no Brasil, em uma janela temporal de 2002 a 2008, delineou-se uma pesquisa de revisão sistemática. Esta, é um tipo de pesquisa científica que tem por finalidade agrupar, de forma crítica, os trabalhos de investigação realizados sobre uma temática específica e realizar uma síntese dos resultados dos múltiplos estudos (JADAD; COOK; BROWMAN, 1997).

Assim, como em qualquer forma de investigação científica, há uma preocupação em incluir o máximo possível de estudos, para evitar os vieses que possam levar a conclusões errôneas. Por isso, a busca será realizada em 3 bases de dados: Scielo; ABED; Portal Capes, através dos bancos de dados “Scopus” e “Science Direct”.

6.1 AS FASES DA REVISÃO SISTEMÁTICA

As fases da revisão sistemática seguem as seguintes etapas:

1. Coletar todas as publicações potencialmente relevantes sobre a questão analisada; 2. Selecionar dentre as publicações coletadas aquelas que satisfazem a um critério de elegibilidade especificado através da leitura dos resumos e dos artigos; 3. Reportar às variações entre os artigos selecionados na etapa anterior; 4. Opcionalmente, agregar os resultados individuais de cada publicação num resultado único, usando técnicas de estatísticas (Clarke, 2001; Kuhn, 2000).

Assim, essa pesquisa se propôs a percorrer as seguintes etapas:

1 Elaborar a estratégia de busca nas bases de dados, para o uso apropriado das bases de dados selecionadas; 2. Compreender o acesso às bases de dados e utilizar as estratégias de busca; 3. Selecionar os artigos baseados nos critérios já definidos de inclusão e exclusão da revisão sistemática; 4. Realizar uma segunda revisão para subtrair artigos que não estejam com foco no problema; 5. Avaliar e analisar os artigos selecionados,

extraindo os dados que enfoquem as políticas públicas e a EAD; 6. Coletar os dados de cada artigo para a análise crítica; 7. Sintetizar os resultados e apresentá-los de forma quantitativa e qualitativa.

A estratégia de busca foi definida a partir das palavras-chave pertinentes ao tema. Várias delas foram testadas, dentre elas, as que melhores se adequaram a problemática foram as que continham os seguintes termos:

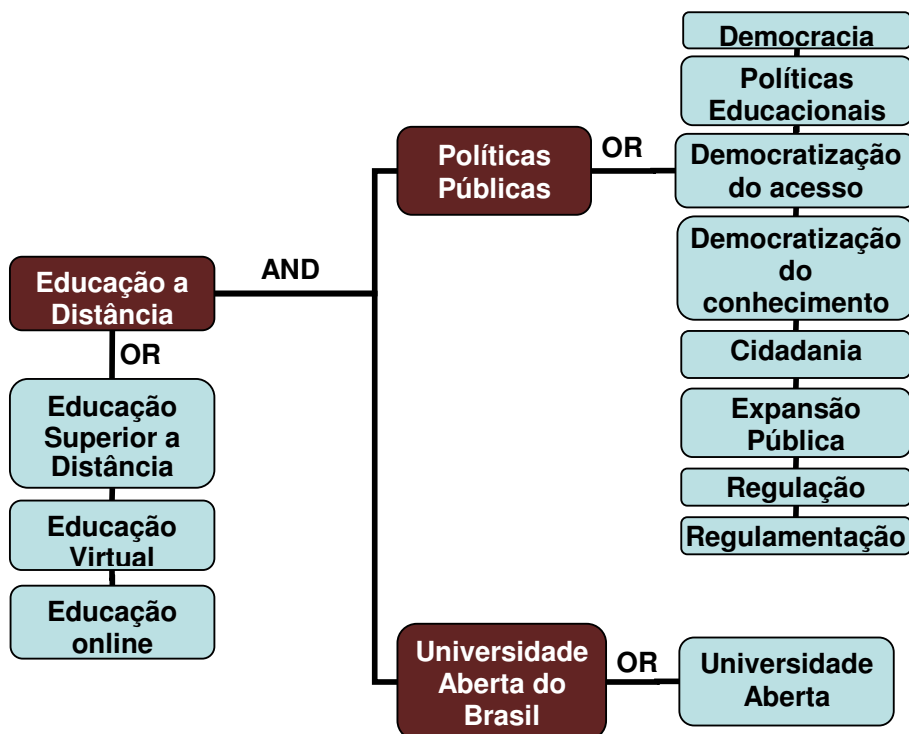


Figura 1 – Estratégia de busca das palavras-chaves

Em seguida, será realizado um estudo para o conhecimento e acesso das bases de dados selecionadas, com o objetivo de verificar seus mecanismos de busca e reconhecimento dos artigos.

Tomou-se, então, por base a combinação dessas duas abordagens com o objetivo de completar a aquisição e apropriação do conhecimento sobre o tema proposto. Atualmente, a integração dos métodos qualitativos e quantitativos tem sido usada por escritores e pesquisadores de todo mundo, especialmente nas ciências humanas e sociais (CRESWELL, 2007).

Assim, dentro de uma abordagem quantitativa, pretende-se verificar os seguintes dados:

1. O número de publicações selecionadas em relação às demais publicações em EAD; 2. O número de publicações em cada ano/período; 3. A quantidade de autores que tem discutido a temática; 4. A origem institucional dos autores, com o intuito de verificar em que fórum a questão de EAD e políticas públicas tem sido discutida; 5. Quem são os autores mais citados nas referências, com o a finalidade de verificar quais são os autores que fundamentam teoricamente a discussão sobre EAD e políticas públicas.

Por outro lado, para Barton e Lazarsfeld (1955) a apropriação da abordagem qualitativa, em uma pesquisa, permite uma grande possibilidade na exploração do fenômeno estudado.

Deste modo, pretende-se realizar uma análise de conteúdo das publicações, classificando-as e agrupando-as conforme o enfoque e o viés pesquisado, observando suas semelhanças e diferenças quanto à discussão das políticas públicas em EAD, examinando as idéias homogêneas e heterogêneas.

A análise de conteúdo, para Weber (1985, p. 9) “é um método de pesquisa que usa um conjunto de procedimentos para extrair inferências válidas do texto”. É importante salientar que não se objetiva aqui realizar uma análise semiótica ou do discurso. Dentro desta perspectiva de análise do conteúdo qualitativa, serão observadas as informações sobre as diferentes visões apresentadas nas publicações, os contextos divergentes, as diferentes ideologias e percepções sobre políticas públicas em EAD.

Referências

ABED: Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em:

<<http://www2.abed.org.br/>>. Acesso em: 01 maio 2009.

ALDERSON P. , GREEN S., HIGGINS J. P. T. **Cochrane Reviewer's**

Handbook 4.2.2. Cochrane Library, Issue 1, Chichester: John Wiley & Sons Ltda.; 2004.

Anuário Brasileiro de Educação Aberta e a Distância, 4 ed. – SP : Instituto Monitor, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal. periódicos. CAPES.** Disponível em:

<<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 01 maio 2009.

CASTRO A. A.; CLARK, O. A. C.; ATALLAH, A. N. **Optimal search strategy for clinical trials in the Latin American and Caribbean Health Science Literature Database (LILACS)**, São Paulo: Med J, 1999.

CGEE – **Notícias CGEE** - Disponível em

<http://www.cgee.org.br/noticias/viewBoletim.php?in_news=696&boletim=15>.

Acesso em 04 de maio de 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir (2000) Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. 4 ed. São Paulo: Cortez.

DIXON-WOODS M. et al. Synthesising qualitative and quantitative evidence: a review of possible methods. **Journal of Health Services Research and Policy**, 10(1): 45-53, 2005.

JADAD, A.R.; COOK, D. J.; BROWMAN, G. P. **A guide to interpreting discordant systematic reviews**. Can Med Assoc. Journal. 156(10):1411-6. 1997.

Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **RESUMO TÉCNICO - CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2007** Brasília – DF 2009.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação a Distância**, CenCage, 2007.

PETERS, O. **A Educação a Distância em transição**, São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PETTICREW, M. **Why certain systematic reviews reach uncertain conclusions**. BMJ, 326: 756-8, 2003.

PNE/ MEC 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2001 (PNG).

SCIELO: **Scientific Electronic Library Online** . Disponível em:

<<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 01 maio 2009.

SERRANO, M. – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Brasília, 4ª ed. 2007.

UAB – **Universidade Aberta do Brasil** – Disponível em

<<http://www.uab.capes.gov.br/>> Acesso em 04 de maio de 2009.